

SUMÁRIO

LIVRO I

CAPÍTULO I

LINHAS INTRODUTÓRIAS	29
1. Direito Tributário: generalidades.....	29
1.1. Papel do Estado	31
1.2. Atividade financeira do Estado	32
1.3. Da função social do tributo	34
2. Breve fio histórico.....	36
3. Conceito de Direito Tributário.....	37
4. Autonomia do Direito Tributário	38
5. Conceito de tributo	40
6. Natureza jurídica específica do tributo.....	44
7. Classificação dos tributos.....	47
7.1. Quanto à Competência federativa para sua instituição.....	48
7.2. Quanto às bases de incidência.....	48
7.3. Quanto à forma de fixação	49
7.4. Quanto à justiça fiscal: progressivo ou regressivo.....	50
7.5. Quanto à forma de percepção: direto ou indireto.....	50
7.6. Quanto ao objeto de incidência: real e pessoal.....	51
7.7. Quanto à funcionalidade: fiscal, extrafiscal ou parafiscal.....	51
7.8. Quanto à vinculação do fato gerador	54
7.9. Quanto à vinculação da receita arrecadada	54
7.10. Quanto ao momento de sua ocorrência	55
8. Quadro sinóptico	56

CAPÍTULO II

TRIBUTOS EM ESPÉCIE	59
1. Classificação dos tributos.....	59
1.1. Importância da classificação dos tributos	59
1.2. Classificação tripartite	60
1.3. Classificação pentapartite: incorporação de novos critérios	61
1.4. Outros sentidos de “vinculação”	65
2. Espécies de tributos	67
2.1. Imposto.....	67
2.2. Taxas	69
2.3. Contribuição de Melhoria	87
2.4. Empréstimo Compulsório.....	89
2.5. Contribuições Especiais.....	91

3. Quadro sinóptico	114
4. Súmulas.....	120
4.1. STF	120
4.2. STJ	120
4.3. CARF.....	121
5. Jurisprudência selecionada	124

CAPÍTULO III

PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIOS	127
1. Sistema Tributário Nacional	127
2. Limitações constitucionais ao poder de tributar – cláusulas pétreas.....	128
3. Princípios constitucionais tributários	130
3.1. Princípio da legalidade tributária	131
3.2. Princípio da isonomia ou igualdade tributária	137
3.3. Princípio da capacidade contributiva	139
3.4. Princípio da irretroatividade tributária.....	145
3.5. Princípios da anterioridade anual e nonagesimal	148
3.6. Princípio da vedação ao confisco.....	154
3.7. Princípio da não-limitação ao tráfego de pessoas e bens.....	157
3.8. Princípio da uniformidade geográfica	162
3.9. Princípio da uniformidade da tributação da renda	163
3.10. Princípio da vedação às isenções heterônomas	164
3.11. Princípio da não-discriminação baseada em procedência ou destino	165
4. Princípios constitucionais expressos	166
4.1. Princípio da simplicidade.....	167
4.2. Princípio da transparência	168
4.3. Princípio da justiça tributária	169
4.4. Princípio da cooperação.....	171
4.5. Princípio da defesa do meio ambiente.....	172
4.6. Princípio da neutralidade	173
5. Quadro sinóptico	176
6. Súmulas.....	181
6.1. STF	181
7. Jurisprudência selecionada	182

CAPÍTULO IV

COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA.....	185
1. Conceito de competência tributária	185
2. Competência tributária legislativa	188
3. Características da competência tributária.....	189
4. Classificação da competência tributária	193
5. Competência tributária compartilhada – Reforma Tributária	197
6. Bitributação e <i>bis in idem</i>	199

7. Quadro sinóptico	201
8. Jurisprudência selecionada	202

CAPÍTULO V

IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS	205
1. Conceito	205
2. Imunidade x isenção x não-incidência	206
3. Imunidade dos tributos e não dos impostos.....	208
4. Imunidade como garantia – cláusula pétrea.....	209
5. Interpretação das normas imunizantes	210
6. Imunidades gerais	210
6.1. Imunidade Recíproca.....	210
6.2. Imunidade Religiosa	220
6.3. Imunidade dos partidos políticos inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei	222
6.4. Imunidade de livros, periódicos e papel destinado à sua impressão	227
6.5. Imunidade musical	229
7. Quadro sinóptico	230
8. Súmulas.....	233
8.1. STF	233
8.2. STJ	234
9. Jurisprudência selecionada	234

CAPÍTULO VI

FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO	239
1. Notas introdutórias.....	239
2. Fontes formais do direito tributário	240
2.1. Fontes formais primárias	241
2.2. Fontes formais secundárias	258
3. Síntese das fontes formais no Direito Tributário.....	260
4. Fontes materiais do Direito Tributário.....	260
5. Quadro sinóptico.....	261
6. Jurisprudência selecionada.....	264

CAPÍTULO VII

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	267
1. Notas introdutórias.....	267
2. Vigência da legislação tributária	267
3. Aplicação da legislação tributária.....	270
3.1. Aplicação aos fatos geradores pendentes	270
3.2. Aplicação retroativa	271

4. Quadro sinóptico.....	273
5. Jurisprudência selecionada.....	274

CAPÍTULO VIII

INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	277
1. Notas sobre a interpretação jurídica	277
2. Métodos de interpretação no Direito Tributário	278
2.1. Métodos de interpretação expressos	279
2.2. Métodos de interpretação implícitos	282
3. Análise dos artigos 109 e 110 do Código Tributário Nacional	284
4. Outros caminhos interpretativos do Direito Tributário	286
4.1. Interpretação Econômica do Direito Tributário.....	286
4.2. Análise Econômica do Direito Tributário	288
5. Integração da legislação tributária	290
5.1. Analogia	292
5.2. Princípios gerais de direito tributário	293
5.3. Princípios gerais de direito público	294
5.4. Equidade.....	294
6. Quadro sinóptico.....	295
7. Jurisprudência selecionada.....	298

CAPÍTULO IX

OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	299
1. Obrigação tributária	299
1.1. Obrigação principal	300
1.2. Obrigação acessória	301
2. Fato gerador	304
2.1. Momento da ocorrência do fato gerador	305
2.2. Alcance do parágrafo único do art. 116 do CTN e a ADIN 2.446 do STF: elisão, evasão e elusão fiscal.....	307
2.3. A interpretação objetiva do fato gerador (cláusula <i>non olet</i>)	311
3. Sujeitos da obrigação tributária	313
3.1. Sujeito Ativo	313
3.2. Sujeito passivo.....	315
3.3. Domicílio Tributário	318
4. Solidariedade tributária	322
5. Notas sobre o fato jurídico-tributário, hipótese de incidência e relação jurídico-tributária.....	324
6. Regra-matriz de incidência tributária	325
6.1. Critério material	328
6.2. Critério espacial	328
6.3. Critério temporal.....	329
6.4. Critério pessoal	329
6.5. Critério quantitativo.....	329

7. Exemplo da Regra Matriz de Incidência Tributária (RMIT)	332
8. Quadro sinóptico.....	332
9. Jurisprudência selecionada.....	333
10. Súmulas	333

CAPÍTULO X

RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA.....	335
1. Responsável tributário	335
2. Responsabilidade por substituição	339
2.1. Substituição tributária progressiva	340
2.2. Substituição tributária regressiva	342
3. Responsabilidade por transferência	344
3.1. Responsabilidade por sucessão	344
4. Responsabilidade de terceiros.....	354
4.1. Responsabilidade por solidariedade.....	354
5. Responsabilidade pessoal	357
5.1. Dissolução irregular da pessoa jurídica	358
5.2. Objeção de pré-executividade.....	366
6. Responsabilidade por infrações	367
7. Denúncia espontânea	371
8. A responsabilidade tributária veiculada pela EC 132/2023.....	374
9. Quadro sinóptico.....	375
10. Súmulas	378
10.1. STJ.....	378
11. Jurisprudência selecionada.....	378

CAPÍTULO XI

CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	389
1. Conceito de crédito tributário.....	389
2. Constituição do crédito tributário	391
3. Lançamento tributário.....	392
3.1. Conceito	392
3.2. Lançamento tributário: ato ou procedimento?.....	396
3.3. Natureza jurídica do lançamento: declaratório ou constitutivo?	397
3.4. Expressão monetária do lançamento	398
3.5. Lançamento e lei de regência.....	399
3.6. Modalidades de lançamento	401
3.7. Alteração do lançamento tributário.....	407
4. Quadro sinóptico.....	410
5. Súmulas.....	414
5.1. STF	414
5.2. STJ.....	414
5.3. CARF.....	414

6. Jurisprudência selecionada	415
-------------------------------------	-----

CAPÍTULO XII

SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	419
1. Aspectos gerais da suspensão do crédito tributário	419
2. Moratória	422
2.1. Moratória em caráter geral e em caráter individual.....	422
2.2. Requisitos obrigatórios e facultativos da moratória	424
2.3. Moratória difere de parcelamento?	425
2.4. Análise dos artigos 154 e 155 do CTN.....	426
3. Depósito do montante integral	427
3.1. Depósito Recursal.....	430
4. Reclamações e recursos administrativos	430
5. Concessão de medida liminar em mandado de segurança	432
6. Concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial.....	434
7. Parcelamento.....	435
7.1. Natureza Jurídica do parcelamento	436
7.2. Parcelamento e interrupção da prescrição	436
7.3. Parcelamento e lei específica	437
8. Quadro sinóptico	439
9. Súmulas.....	441
9.1. STF	441
9.2. STJ.....	441
10. Jurisprudência selecionada	441

CAPÍTULO XIII

EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	443
1. Introdução	443
2. Pagamento	445
2.1. Tempo do pagamento. Efeitos da mora	446
2.2. Imputação de pagamento	449
2.3. Consignação em pagamento.....	451
2.4. Pagamento indevido e repetição do indébito tributário.....	453
3. Compensação	471
3.1. Requisitos	471
3.2. Compensação de créditos vincendos.....	472
3.3. Compensação e trânsito em julgado de decisão judicial	473
4. Transação	473
5. Remissão	475
5.1. Espécies de remissão	476
5.2. Reserva legal.....	476
5.3. Hipótese de remissão	476
5.4. Remissão e direito adquirido	477

5.5. Diferenças entre remissão, isenção e anistia	477
6. Prescrição e decadência	478
6.1. Generalidades	478
6.2. Decadência.....	480
6.3. Prescrição	487
7. Conversão do depósito em renda	496
8. Pagamento antecipado e a homologação do lançamento	497
9. Consignação em pagamento	498
10. Decisão administrativa irreformável.....	498
11. Decisão judicial passada em julgado.....	500
12. Dação em pagamento em bens imóveis.....	500
13. Quadro sinóptico	502
14. Súmulas.....	510
14.1. STF	510
14.2. STJ	510
15. Jurisprudência selecionada	511

CAPÍTULO XIV

EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	515
1. Introdução	515
1.1. Exclusão do crédito tributário e obrigações acessórias	516
1.2. Limites Constitucionais.....	517
1.3. Limites veiculados pela Lei de Responsabilidade Fiscal	518
2. Isenção	519
2.1. Diferenças entre isenção, anistia, remissão, imunidade, não-incidência e alíquota zero ..	519
2.2. Natureza Jurídica da Isenção	520
2.3. Isenção e legalidade tributária	521
2.4. Alcance das isenções	522
2.5. Revogação da Isenção	523
2.6. Classificação das isenções	525
2.7. Vedação às Isenções Heterônomas.....	528
2.8. Concessão de isenções do ICMS	529
2.9. Controle das isenções pelo Poder Judiciário.....	530
3. Anistia	531
3.1. Previsão em lei	532
3.2. Classificação.....	532
4. Quadro sinóptico das hipóteses de exclusão, suspensão e extinção do crédito tributário.....	534
5. Quadro sinóptico	535
6. Súmulas.....	538
6.1. STF	538
6.2. STJ	538
7. Jurisprudência selecionada	538

CAPÍTULO XV

GARANTIAS E PREFERÊNCIAS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	541
1. Introdução	541
2. Garantias do crédito tributário	542
2.1. Responsabilidade patrimonial	543
2.2. Da presunção de fraude à execução	544
2.3. Indisponibilidade de bens e direitos	546
3. Preferências do crédito tributário	549
3.1. Preferência do crédito tributário no processo falimentar	550
3.2. Não sujeição ao concurso de credores	554
3.3. Créditos habilitados em inventário ou arrolamento	558
3.4. Pagamento dos créditos de pessoas jurídicas de direito privado em liquidação	559
3.5. Prova de quitação dos tributos	559
4. Quadro sinóptico	564
5. Súmulas	567
5.1. STJ	567
6. Jurisprudência selecionada	568

CAPÍTULO XVI

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	569
1. Introdução	569
2. Fiscalização	570
2.1. Acesso aos livros empresariais pela autoridade fiscal	573
2.2. Diligências de fiscalização	575
2.3. Da obrigatoriedade de prestação de informações ao fisco	576
2.4. Sigilo fiscal	580
2.5. Intercâmbio de informações pela Administração Pública	583
2.6. Requisição de informações cadastrais e patrimoniais de sujeito passivo	583
2.7. Permuta de Informações e mútua assistência das Fazendas Públicas	584
2.8. Requisição de Força Pública pela autoridade administrativa	585
3. Dívida ativa	586
3.1. Alteração da CDA	589
4. Das certidões de regularidade fiscal	590
4.1. Certidões Negativas	590
4.2. Certidões positivas com efeito de negativa	591
4.3. Expedição de certidões por empresas em Recuperação Judicial	593
4.4. Dispensa de certidão	594
4.5. Certidão negativa expedida erro, dolo ou fraude	594
5. Quadro sinóptico	595
6. Súmulas	598
6.1. STF	598
6.2. STJ	598
6.3. CARF	598
7. Jurisprudência selecionada	599

LIVRO II – IMPOSTOS FEDERAIS

CAPÍTULO XVII

IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO – II	605
1. Generalidades	605
2. Incidência tributária	606
2.1. Critério material	606
2.2. Critério espacial	607
2.3. Critério temporal	609
2.4. Critério pessoal	610
2.5. Critério quantitativo	612
3. Imunidades	614
4. Isenções e reduções	616
5. Regimes aduaneiros especiais	617
6. Lançamento	619
7. Intervenção judicial nas alíquotas do Imposto de Importação	619
8. Quadro sinóptico	620
9. Jurisprudência selecionada	623

CAPÍTULO XVIII

IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO – IE	625
1. Generalidades	625
2. Incidência tributária	626
2.1. Critério material	626
2.2. Critério espacial	627
2.3. Critério temporal	627
2.4. Critério pessoal	629
2.5. Critério quantitativo	629
3. Imunidade	634
4. Regimes aduaneiros especiais	634
5. Lançamento	635
6. Quadro sinóptico	635
7. Jurisprudência selecionada	637

CAPÍTULO XIX

IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	639
1. Generalidades	639
2. Incidência tributária	641
2.1. Critério material	641
2.2. Critério espacial	644
2.3. Critério temporal	645

2.4. Critério pessoal	647
2.5. Critério quantitativo	649
3. Imunidade.....	652
4. Lançamento	652
5. Quadro sinóptico	653
6. Súmulas.....	655
6.1. STF	655
6.2. STJ	655
6.3. CARF.....	656
7. Jurisprudência selecionada.....	657

CAPÍTULO XX

IPI – IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS.....	659
1. Generalidades	659
1.1. Seletividade do IPI.....	660
1.2. Não-cumulatividade do IPI.....	662
2. Incidência tributária	666
2.1. Critério material	666
2.2. Critério espacial	669
2.3. Critério temporal	669
2.4. Critério pessoal	670
2.5. Critério quantitativo	671
3. Imunidade e não incidência	673
3.1. Imunidade do IPI.....	673
3.2. Não incidência do IPI.....	673
4. Redução do IPI na aquisição de bens de capital.....	674
5. Lançamento	675
6. Conflito com o ISS.....	675
7. Quadro sinóptico	676
8. Súmulas.....	679
8.1. STF	679
8.2. STJ	679
8.3. CARF.....	679
9. Jurisprudência selecionada.....	680

CAPÍTULO XXI

IOF – OPERAÇÕES DE CRÉDITO, CÂMBIO E SEGURO, OU RELATIVAS A TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS	683
1. Generalidades	683
2. Incidência tributária	684
2.1. Critério material	684
2.2. Critério espacial	686
2.3. Critério temporal	687

2.4. Critério pessoal	687
2.5. Critério quantitativo	689
3. Imunidade.....	691
4. Lançamento	691
5. Quadro sinóptico	692
6. Súmulas.....	694
6.1. TRF 4ª Região.....	694
6.2. STJ.....	694
6.3. STF	694
7. Jurisprudência selecionada.....	694

CAPÍTULO XXII

IMPOSTO TERRITORIAL RURAL – ITR	695
1. Generalidades.....	695
1.1. Progressividade do ITR	695
2. Incidência tributária	696
2.1. Critério material	696
2.2. Critério espacial	698
2.3. Critério temporal	700
2.4. Critério pessoal	700
2.5. Critério quantitativo	701
3. Imunidades	704
4. Isenções	705
5. Domicílio tributário	706
6. Lançamento	706
7. Quadro sinóptico	707
8. Súmulas.....	709
8.1. STF	709
8.2. CARF.....	709
9. Jurisprudência selecionada.....	709

CAPÍTULO XXIII

IMPOSTO SOBRE GRANDES FORTUNAS – IGF, IMPOSTOS RESIDUAIS E IMPOSTO EXTRAORDINÁRIO DE GUERRA – IEG.....	711
1. Generalidades	711
2. Imposto sobre Grandes Fortunas – IGF	712
3. Impostos residuais.....	714
4. Imposto Extraordinário de Guerra – IEG.....	715
5. Quadro sinóptico	716
6. Jurisprudência selecionada.....	717

CAPÍTULO XXIV

IMPOSTO SELETIVO	719
1. Generalidades.....	719
2. Incidência tributária	720
2.1. Critério material	720
2.2. Critério espacial.....	722
2.3. Critério temporal	722
2.4. Critério pessoal	725
2.5. Critério quantitativo	726
3. Não incidência.....	729
4. Lançamento	730
5. Quadro sinóptico	731

LIVRO III – IMPOSTOS ESTADUAIS**CAPÍTULO XXV**

IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS E DOAÇÃO – ITCMD.....	737
1. Generalidades.....	737
1.1. Progressividade do ITCMD	738
2. Incidência tributária	739
2.1. Critério material	739
2.2. Critério espacial.....	743
2.3. Critério temporal	745
2.4. Critério pessoal	747
2.5. Critério quantitativo	748
3. Imunidade e não incidência	751
4. Lançamento	755
5. Quadro sinóptico	756
6. Súmulas.....	758
7. Jurisprudência selecionada.....	759

CAPÍTULO XXVI

IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS – ICMS	761
1. Generalidades.....	761
2. Incidência tributária	762
2.1. Critério material	762
2.2. Critério espacial.....	766
2.3. Critério temporal	767
2.4. Critério pessoal	767
2.5. Critério quantitativo	771
3. ICMS nos serviços de transporte	778
4. ICMS nos serviços de comunicação.....	779

5. ICMS e energia elétrica	782
6. ICMS nas importações	784
7. Imunidades	787
8. ICMS e benefícios fiscais	788
8.1. Revogação de benefício fiscal e princípio da anterioridade	789
8.2. Concessão ou ampliação de benefício fiscal e estimativa do impacto orçamentário-financeiro	790
9. Não cumulatividade	791
9.1. Limitações à não-cumulatividade (art. 155, §2º, inciso II, “a” e “b” da CF/88)	792
10. Seletividade	794
11. Lançamento	796
12. Importância federativa do ICMS e reflexos da Reforma Tributária	796
13. Quadro sinóptico	797
14. Súmulas	802
14.1. STF	802
14.2. STJ	802
15. Jurisprudência selecionada	803

CAPÍTULO XXVII

IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES

– IPVA	807
1. Generalidades	807
1.1. IPVA e Reforma Tributária – Imunidades	807
2. Incidência tributária	809
2.1. Critério material	809
2.2. Critério espacial	810
2.3. Critério temporal	811
2.4. Critério pessoal	811
2.5. Critério quantitativo	813
3. Lançamento	814
4. Repartição da receita com o município	815
5. Quadro sinóptico	815
6. Súmulas	817
6.1. STJ	817
7. Jurisprudência selecionada	817

LIVRO IV – IMPOSTOS MUNICIPAIS

CAPÍTULO XXVIII

IMPOSTOS MUNICIPAIS E DISTRITAIS E IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA – IPTU

821

1. Introdução ao estudo dos impostos municipais e distritais	821
1.1. Generalidades do IPTU	822

2. Incidência tributária	823
2.1. Critério material	823
2.2. Critério espacial	824
2.3. Critério temporal	827
2.4. Critério pessoal	828
2.5. Critério quantitativo	830
3. Dupla progressividade fiscal e extrafiscal do IPTU	834
3.1. Progressividade fiscal	834
3.2. Progressividade extrafiscal	835
4. Lançamento do IPTU e notificação do contribuinte	836
5. Imunidade	837
6. Complementação de cobrança do IPTU	838
7. IPTU Verde	839
8. IPTU e prescrição	839
9. Quadro sinóptico	841
10. Súmulas	844
10.1. STF	844
10.2. STJ	844
11. Jurisprudência selecionada	845

CAPÍTULO XXIX

IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" – ITIV OU ITBI 847

1. Generalidades	847
2. Incidência tributária	848
2.1. Critério material	848
2.2. Critério espacial	850
2.3. Critério temporal	851
2.4. Critério pessoal	852
2.5. Critério quantitativo	852
3. Imunidades	856
3.1. Primeiro eixo: a base de cálculo da imunidade (Tema 796)	857
3.2. Segundo eixo: alcance da cláusula de atividade preponderante (Tema 1.348)	858
3.3. Imunidade sobre imóveis desapropriados para fins de reforma agrária	860
4. Lançamento	861
5. Quadro sinóptico	862
6. Súmulas	864
7. Jurisprudência selecionada	864

CAPÍTULO XXX

ISS – IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA 867

1. Generalidades	867
1.1. Conceito de Serviço	868
2. Incidência tributária	871

2.1. Critério material	871
2.2. Critério espacial	875
2.3. Critério temporal	877
2.4. Critério pessoal	877
2.5. Critério quantitativo	878
3. Benefícios fiscais no ISS	881
4. Atribuições da Lei Complementar	882
5. Lançamento	883
6. Operações mistas: ISS x ICMS	883
7. Quadro sinóptico	886
8. Súmulas	888
8.1. STF	888
8.2. STJ	888
9. Jurisprudência selecionada	888

LIVRO V – IMPOSTOS DE COMPETÊNCIA COMPARTILHADA

CAPÍTULO XXXI

IVA DUAL: IMPOSTO SOBRE BENS E SERVIÇOS – IBS E CONTRIBUIÇÃO SOBRE BENS E SERVIÇOS – CBS	893
1. Generalidades	893
2. IBS e CBS e o princípio da neutralidade	896
3. Da não cumulatividade plena do IVA Dual	897
3.1. Sistema de crédito financeiro	898
3.2. Creditação ampla	899
4. Adoção do modelo de cálculo “por fora” no IVA Dual	900
5. Tributação no destino	901
6. Limitação à concessão de benefícios fiscais	902
7. Base ampla de incidência	903
8. Aspectos constitucionais do IVA Dual	904
9. Das normas gerais do IBS e CBS	906
10. Das imunidades	909
11. Incidência tributária	910
11.1. Critério material	911
11.2. Critério espacial	913
11.3. Critério temporal	916
11.4. Critério pessoal	918
11.5. Critério quantitativo	922
12. Do IBS e CBS sobre Importações	927
13. Modelos de arrecadação do IBS e CBS (extinção do crédito tributário)	928
13.1. O recolhimento na liquidação financeira (<i>split payment</i>)	929
14. Lançamento tributário	931
15. Da devolução personalizada do IBS e da CBS (<i>cashback</i>)	932

16. Dos regimes diferenciados do IBS e da CBS	934
17. Dos regimes específicos do IBS e da CBS	936
18. Da operacionalização e harmonização do IBS e da CBS	937
18.1. Comitê Gestor do IBS	937
18.2. Da transição para o IBS e para a CBS	939
19. Simples Nacional e o IBS e CBS	941
20. Bitributação	942
21. Quadro sinóptico	943

CAPÍTULO XXXII

SIMPLES NACIONAL	949
1. Fundamentos constitucionais e objetivos do Simples Nacional.....	949
2. Conceito de Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP).....	950
3. Natureza jurídica do Simples Nacional	951
4. Tributos abrangidos pelo Simples Nacional	953
5. Opção, permanência e exclusão do Simples Nacional	955
5.1. Opção pelo Simples Nacional	955
5.2. Permanência no Simples Nacional	956
5.3. Exclusão do Simples Nacional.....	957
5.4. Efeitos da exclusão	957
6. Anexos do Simples Nacional e atividades econômicas	957
7. Limitações e vedações ao Simples Nacional	958
7.1. Vedações subjetivas	958
7.2. Vedações objetivas.....	959
7.3. Atividades proibidas	959
8. Simples Nacional e substituição tributária	960
8.1. Substituição tributária	960
8.2. Retenção na fonte e Simples Nacional.....	960
9. Fiscalização, lançamento e responsabilidade tributária	961
9.1. Fiscalização.....	961
9.2. Lançamento	961
9.3. Responsabilidade tributária	962
10. Vantagens competitivas.....	962
10.1. Regularidade fiscal diferida.....	962
10.2. Critério de desempate favorecido	963
10.3. Licitações exclusivas e subcontratação	963
10.4. Limites e exceções ao tratamento favorecido.....	963
11. Quadro sinóptico	964
12. Súmulas.....	967
12.1. STJ	967
13. Jurisprudência selecionada.....	967

CAPÍTULO XXXIII

REPARTIÇÃO CONSTITUCIONAL DE RECEITAS TRIBUTÁRIAS.....	971
1. Generalidades.....	971
2. Repartição direta e indireta.....	973
3. Retenção dos repasses	975
4. Quadro sinóptico	976
5. Jurisprudência selecionada.....	977
Referências	979